

RAPHAEL RODRIGUES SORÉ

A LEI ANTICORRUPÇÃO EM CONTEXTO

ESTRATÉGIAS PARA A PREVENÇÃO
E O COMBATE À CORRUPÇÃO
CORPORATIVA

Prefácio

Gustavo Gonçalves Ungaro

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

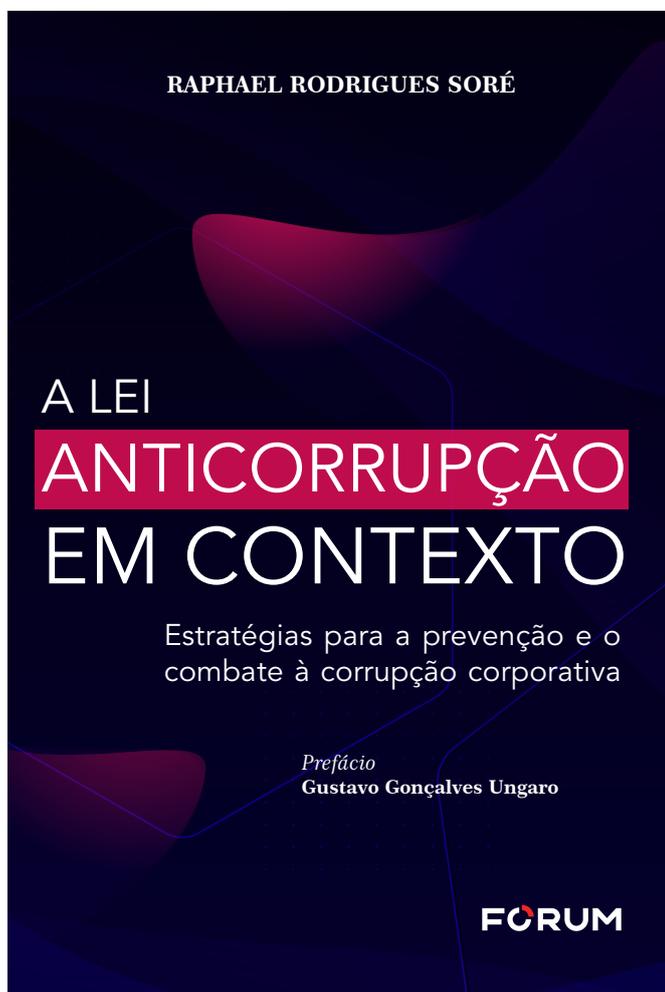
DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO PÚBLICO,
DIREITO PRIVADO, DIREITO PENAL

Público-alvo/consumidores

Profissionais jurídicos em empresas e escritórios de advocacia, profissionais em áreas de compliance e integridade empresarial, estudantes em pós-graduação sobre o tema.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001571



RAPHAEL RODRIGUES SORÉ

A LEI

ANTICORRUPÇÃO

EM CONTEXTO

Estratégias para a prevenção e o
combate à corrupção corporativa

Prefácio
Gustavo Gonçalves Ungaro

FORUM

A obra analisa a Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – no contexto do combate e da prevenção à corrupção pública no Brasil e de como o Direito historicamente tratou o fenômeno da corrupção praticada pelas empresas.

Para tanto, faz-se um estudo tanto do fenômeno da corrupção em seus variados aspectos, incluindo suas raízes, implicações e instrumentos jurídicos tradicionalmente utilizados pelos operadores do direito visando ao seu desestímulo, para buscar compreender como os dispositivos da Lei nº 12.846/2013 apresentam ou não uma novidade e um avanço.

Compreendido o papel contextual dos elementos da Lei Anticorrupção, é possível passar a sua análise detalhada, buscando-se as acertadas interpretações jurídicas para os dispositivos trazidos pela nova Lei, como o de seus instrumentos indutivos de prevenção (os chamados programas de *Compliance*) e de sua aplicação pelos órgãos de controle, seja por meio da investigação e sanção de empresas, seja por meio dos previstos acordos de leniência.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

S713l Soré, Raphael Rodrigues
A Lei Anticorrupção em contexto: estratégias para a prevenção e o combate
à corrupção corporativa / Raphael Rodrigues Soré.– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

180 p.; 14,5cm x 21,5cm.

ISBN: 978-85-450-0641-1

1. Direito Administrativo. 2. Direito Empresarial. 3. Direito Público. I. Título

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SORÉ, Raphael Rodrigues. *A Lei Anticorrupção em contexto: estratégias para a prevenção e o combate à corrupção corporativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 180p. ISBN 978-85-450-0641-1.

RAPHAEL RODRIGUES SORÉ

Mestre em Direito do Estado e bacharel em Direito, ambos pela Faculdade de Direito da USP. Pós-graduado em Direito Público e em Direito Comunitário. Atua há mais de 10 anos em temas relacionados à integridade (*Compliance*) no setor público e privado, sendo certificado pela *Association of Certified Fraud Examiners (ACFE)*.

Foi secretário-executivo do Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI) e Presidente do Comitê de Transparência do Estado de São Paulo. Atualmente é advogado especializado em integridade corporativa.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
AGENDA ANTICORRUPÇÃO, NECESSIDADE DEMOCRÁTICA	
Gustavo Ungaro.....	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1.....	27
O COMBATE E A PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO.....	27
1.1 O conceito de <i>corrupção</i>	27
1.2 Por que combater a corrupção	35
1.2.1 Raízes, efeitos e características da corrupção	36
1.3 A história do combate à corrupção	44
1.3.1 A história da tipificação e do combate à corrupção no mundo	45
1.3.2 A história da tipificação e do combate à corrupção no Brasil	47
1.4 As normas de combate à corrupção	51
1.4.1 Estratégias normativas de combate e prevenção da corrupção	52
1.4.2 Normas de comando e controle no combate à corrupção.....	56
1.4.2.1 Normas penais de combate à corrupção no Brasil atual	56
1.4.2.2 Ação popular	61
1.4.2.3 Ação civil pública.....	61
1.4.2.4 Lei de Improbidade Administrativa.....	62
1.4.3 Normas de redução de vulnerabilidade à corrupção	63
1.4.3.1 Lei de Responsabilidade Fiscal	64
1.4.3.2 Lei da Ficha Limpa	64
1.4.3.3 Lei de Acesso à Informação	65
CAPÍTULO 2	
A LEI Nº 12.846/2013 E A FIGURA DO CORRUPTOR EMPRESARIAL	67
2.1 Corrupção e quebra de confiança: o esquecimento do corruptor.....	67
2.2 A empresa e a corrupção	69
2.2.1 A função social da empresa.....	71
2.3 O combate à corrupção corporativa	74
2.3.1 O <i>Foreign Corrupt Practices Act (FCPA)</i> e o nascimento do <i>compliance</i> empresarial.....	75
2.3.2 A convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)	79
2.3.3 Outras convenções internacionais	81
2.4 A estratégia de combate à corrupção corporativa.....	82
2.4.1 Os problemas do combate à corrupção corporativa	85
2.4.2 Engajamento dos acionistas.....	87
2.4.3 Engajamento do nível gerencial.....	89
2.4.4 O foco na cultura corporativa.....	93
CAPÍTULO 3	
A LEI Nº 12.846/2013 NO CONTEXTO DO COMBATE E PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO PÚBLICA.....	97
3.1 Histórico da Lei nº 12.846/2013	97
3.2 O foco na eficiência e na efetividade.....	99
3.2.1 A ausência do elemento subjetivo	99
3.2.2 Impactos sobre a terceirização	102
3.3 O que se pune?	105
3.3.1 Questões controvertidas.....	107
3.3.1.1 Conceito de “vantagem indevida”	107
3.3.1.2 O significado do termo “comprovadamente”	111
3.4 Quem se pune?	112
3.5 As esferas de responsabilização.....	115
3.6 Com o que se pune?.....	117
3.7 Os mecanismos de integridade corporativa na legislação anticorrupção brasileira e sua inspiração internacional.....	121
3.7.1 O comprometimento da alta direção	125

3.7.2	Códigos, políticas e treinamentos aplicáveis a funcionários e terceiros	126
3.7.3	Controles internos e integridade contábil	128
3.7.4	Mapeamento de risco e interação com o Poder Público.....	131
3.7.5	Estrutura de integridade: departamento de <i>compliance</i> e canal de denúncia.....	132
3.7.6	Incentivos e desincentivos e direcionamento ao comportamento ético	135
3.7.7	Controles e diligências sobre terceiros.....	136
3.7.8	Diligência em operações societárias.....	137
3.7.9	Ciclo de integridade	139
3.8	O acordo de leniência	140
3.8.1	O dilema do prisioneiro	142
3.8.2	O fator temporal.....	144
3.8.3	O tamanho do incentivo e do desincentivo.....	146
3.8.4	Aspectos práticos da leniência na Lei nº 12.846/2013	147
	CONCLUSÃO	161
	REFERÊNCIAS.....	173